



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

**PRODUZIR PARA PRESERVAR, PRESERVAR PARA PRODUZIR,  
UBATUMIRIM, UBATUBA (SP)**

**PRODUCE TO PRESERVE, PRESERVE TO PRODUCE,  
UBATUMIRIM, UBATUBA (SP)**

**PRODUCIR PARA PRESERVAR, PRESERVAR PARA PRODUCIR,  
UBATUMIRIM, UBATUBA (SP)**

Vitor Roma de Paula<sup>1</sup>; Bruno Peregrina Puga<sup>1</sup>; Fabiana Felix do Amaral e Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, São José dos Campos – SP.  
vitoromaps@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Foz do Iguaçu – PR.

**GT 06:** Conflitos socioambientais: experiências práticas e narrativas de resistências

**RESUMO**

Este artigo busca contribuir para a produção de estudos nos enfrentamentos às desigualdades sociais e emergência climática através da análise dos conflitos socioambientais vividos pela população do Sertão de Ubatumirim, no norte de Ubatuba-SP, e na resistência territorial e transição agroecológica frente às políticas conservacionistas excludentes e estratégias desenvolvimentistas. O artigo adota a abordagem qualitativa com metodologia histórico-estrutural, utilizando análise documental, bibliográfica e depoimentos indiretos de atores comunitários. Apresenta-se quadros do histórico de ações do setor público e da sociedade civil, seguido dos de atuação da Associação dos Banicultores de Ubatumirim (ABU) no território, com foco nas experiências concretas de governança, manejo sustentável e construção de políticas públicas. Discute-se o papel do Estado, das instituições de pesquisa e a centralidade da escuta ativa, tendo a agroecologia como ferramenta de prática política e cultural para o processo da autonomia territorial e valorização da sociobiodiversidade.

**Palavras-chave:** Conflitos socioambientais; Agroecologia; Comunidades tradicionais; Governança participativa; Políticas públicas.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

## Destaques (highlights)

- Agroecologia como prática política, cultural e territorializada.
- Ambiguidade na atuação do Estado, embora passível de transformação.
- Comunidades tradicionais protagonistas no desenvolvimento da sociobiodiversidade.
- Papel estratégico da pesquisa no fomento a políticas territorializadas e participativas.

## ABSTRACT

This paper aims to contribute to the production of studies addressing social inequalities and climate emergency through the analysis of socio-environmental conflicts experienced by the population of Sertão do Ubatumirim, in northern Ubatuba-SP, and their territorial resistance and agroecological transition in response to exclusionary conservation policies and developmentalist strategies. The article adopts a qualitative approach with a historical-structural methodology, using documentary and bibliographic analysis, as well as indirect testimonies from community actors. Analytical frameworks are presented regarding the actions of the public sector and civil society, followed by those of the Associação dos Bananicultores de Ubatumirim (ABU) in the territory, focusing on concrete experiences of governance, sustainable management, and public policy development. The role of the State, research institutions, and the importance of active listening are discussed, with agroecology understood as a political and cultural practice for territorial autonomy and the appreciation of sociobiodiversity.

**Keywords:** Socio-environmental conflicts; Agroecology; Traditional communities; Participatory governance; Public policies.

## RESUMEN

Este texto busca contribuir a la producción de estudios sobre la lucha contra las desigualdades sociales y la emergencia climática mediante el análisis de los conflictos socioambientales vividos por la población del Sertão de Ubatumirim, en el norte de Ubatuba-SP, y la resistencia territorial y transición agroecológica frente a las políticas conservacionistas excluyentes y estrategias desarrollistas. El artículo adopta un enfoque cualitativo con metodología histórico-estructural, utilizando análisis documental, bibliográfico y testimonios indirectos de actores comunitarios. Se presentan cuadros del historial de acciones del sector público y de la sociedad civil, seguidos de los de actuación de la Associação dos Bananicultores de Ubatumirim (ABU) en el territorio, con énfasis en experiencias concretas de gobernanza, manejo sostenible y construcción de políticas públicas. Se discute el papel del Estado, de las instituciones de investigación y la centralidad de la escucha activa, con la agroecología como herramienta de práctica política y cultural en favor de la autonomía

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

territorial y la valorización de la sociobiodiversidad.

**Palabras clave:** Conflictos socioambientales; Agroecología; Comunidades tradicionais; Governança participativa; Políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

O Sertão de Ubatumirim, em Ubatuba-SP, abriga uma série de conflitos socioambientais resultantes de políticas públicas ambientais sobrepostas aos territórios tradicionais. Marcado pelas formas de vida baseadas na reciprocidade e trabalho coletivo, o território de formação caiçara se estrutura a partir de práticas integradas entre pesca, cultivo de subsistência e manejo florestal em simbiose com a natureza.

A partir de 1930, porém, o Estado passa a impulsionar processos de integração territorial, ora a industrialização, ora pelo período militar. A combinação de políticas de infraestrutura viária e conservação ambiental, como a construção da BR-101 e a criação de Unidades de Conservação (UCs), contribuiu para a criminalização de práticas tradicionais e a desterritorialização de comunidades locais. Frente a isso, comunidades locais se articulam e resistem, tensionando a lógica conservacionista e os projetos desenvolvimentistas impostos. Organizações e iniciativas como a Associação dos Bananicultores de Ubatuba (ABU), a Rede Agroecológica Caiçara (REDE), a inserção no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e a aproximação com instituições públicas e organizações da sociedade civil, apresentam experiências reveladoras de reorganização comunitária e territorialização. Todas estas buscam, em alguma medida, promover a produção agroecológica aliada a manejo ambiental, a valorização de saberes tradicionais e o fortalecimento da autonomia territorial.

Diante dos conflitos socioambientais, das experiências práticas e das narrativas de resistência, esta pesquisa busca compreender os impactos históricos e institucionais no território, bem como a reação da comunidade a esses processos. O estudo foca na interação entre Estado e sociedade civil organizada, com base em iniciativas coletivas de gestão autônoma, e na agroecologia como ferramenta articuladora de redes em defesa do território e conservação ambiental. Para tanto, o artigo, além desta introdução, dos elementos metodológicos e das considerações finais, apresenta os resultados e discussões em tópicos que tratam do contexto histórico do território; dos conflitos de integração e conservação; as novas visões nas políticas públicas; trabalhos, pesquisas e transição agroecológica e por fim da resistência das comunidades e estratégias locais.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

## METODOLOGIA

Adota-se a abordagem qualitativa e metodologia histórico-estrutural para compreender os processos de territorialização, resistência e transição agroecológica no Sertão de Ubatumirim. Os conflitos, alianças e modos de vida estruturantes deste território partem do entendimento que este constitui-se de relações de poder e práticas sociais.

A análise sistematiza uma cronologia das principais ações que impactaram a atividade agroecológica com base em levantamento documental e bibliográfico, incluindo literatura acadêmica (Diegues, 2000; Adams, 2000; Siqueira, 1989; entre outros), relatórios institucionais do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBH-LN), publicações do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) e informações cadastradas em portal da Agência Nacional de Agroecologia (ANA). Também há complementação por meio de depoimentos e entrevistas indiretas presentes também nos relatórios do OTSS (2021), no portal da ANA, e no trabalho de Wojciechowski et al.(2020) para, por fim, avaliar a situação atual.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a compreensão do dinamismo territorial, processos de luta, adaptação, resistência e construção de alternativas sustentáveis de enfrentamento às políticas excludentes e suas consequências, propõe-se antes de tudo uma breve visita contextual ao território.

### Contexto Histórico do Território

Embora geralmente associada à pesca, a cultura caiçara também inclui a terra e formas de manejo particulares como elemento central (Siqueira, 1989). Diegues (2000, p.28) cita que as variantes de modelos de povoamento rural já abasteciam com alimentos as fazendas e povoados há tempos. Refugiado em áreas menos povoadas, com maior abundância de terras e recursos naturais e adaptado de acordo com as especificidades ambientais, essa população, como aponta Siqueira (1989), ajustou-se à natureza. Como aponta Diegues (2000), sua estrutura de organização e trabalho pautadas na reciprocidade, influência indígena, constituíram bairros rurais de certa autonomia, mas ainda assim dependentes dos pequenos núcleos urbanos.

Após 1930, com o início da industrialização no país, as comunidades da região passaram por um divisor de águas: a pesca seletiva em consequência da motorização dos barcos (Mourão,

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

1971 apud Adams, 2000a). A maior articulação com o universo marítimo reordenou os modos de vida, tendo parte dos antigos caiçaras se convertido exclusivamente em pescadores. Esta proximidade ao mar concentrava o contato com o mundo exterior. A produção agrícola, embora individual e familiar, compunha o conjunto de produtos, serviços e trabalhos que eram distribuídos ainda de maneira relativamente igual sob a forma de mutirão e partilhas.

Adams (2000a, p.150) aponta para a diferenciação da região dos sertões que “era o espaço do trabalho, onde se encontravam as roças, os bananais e a floresta, de onde se retirava lenha, ervas medicinais e onde se caçava”. Cita também a questão levantada por Mourão (1971) que prefere se referir a esse processo como reorganizador, em oposição a ideia de que o período agrícola teria sido equilibrado e homogêneo enquanto a transição para a fase pesqueira tenha desorganizado as estruturas dessas populações.

### **Conflitos de Integração e Conservação**

Dinamismo e adaptabilidade, mesmo que forçados, seguem essas populações frente aos processos de industrialização, com mudanças nos padrões de produção e consumo, bem como sujeitos das intervenções estatais. As consequências da atuação mais rígida do Estado nesses locais podem ser observadas, fisicamente, através das grandes obras de infraestrutura, e juridicamente, através da proibição de práticas essenciais à existência desses povos, como o roçado e o extrativismo. Os problemas gerados com estas proibições incluem não apenas aspectos ligados à necessidade material, como trabalho, renda e sobrevivência, mas também aspectos culturais ligados à própria existência não apenas das comunidades, mas dos próprios ecossistemas integrados às práticas de cultivo.

A construção da Rodovia BR 101, conhecida como Rio-Santos, inaugura o período de políticas de integração, Adams (2000b) e Vaitsman et al. (2023, citando Diegues e Nogara, 2005; Mansano, 1998; Silva, 2016), como evento incentivador do aumento de atividade turística, grilagem e especulação com a venda de terras para a construção de grandes condomínios, residências de veraneio e *resorts*. Influenciando diretamente caiçaras com “a venda de terras por valores irrisórios, a expulsão dos locais e a migração para periferias de cidades da região” (Vaitsman et al, 2023, p.5).

Em depoimento OTSS (2021) a liderança quilombola do território da Fazenda, relata que antes da BR todo o sustento de algumas dessas populações vinha da roça e o que não se



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

tinha era trocado com outros da região. Embora a via tenha facilitado o acesso aos centros urbanos de Paraty e Ubatuba, também trouxe problemas, em especial a especulação imobiliária.

As populações das faixas de areia foram expulsas para áreas mais de serra, ao mesmo tempo a criação das Unidades de Conservação (UCs) - tanto na terra como no mar - proibiram certas práticas tradicionais. Com as atividades de sobrevivência reduzidas foram forçadas a, outra vez, reorganizar seu modo de vida (Adams, 2000b). Neste período foram criados o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), em 1972, e o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual Serra do Mar (PESM), em 1979, seguindo os preceitos conservacionistas sem considerar as comunidades locais e, principalmente, seu papel na conservação desses ecossistemas, importando a visão de natureza intocada dos E.U.A. do século XIX, Diegues (2008, apud Vaitsman et al, 2023).

Quanto ao turismo (Siqueira, 1989) a Embratur apresentou, o Projeto Turis, em 1973 da empresa francesa Scet International, propondo uma implantação das construções mais adequadas ao ecossistema e focando na preservação ambiental da região. O projeto é abandonado, a pressão das populações e outros setores da sociedade não conseguem evitar a catástrofe e as obras da estrada aterraram cerca de 70 praias ao longo do litoral.

O impacto socioambiental na região foi irreversível, o aumento do tráfego por terra e mar afetou a natureza e a vida dessas populações e suas práticas tradicionais. A integração forçada marginalizou ainda mais os territórios tradicionais, agora em disputa, resultado: abandono das práticas para prestar serviços nos centros urbanos ou mesmo no circuito de turismo predatório que cresceu na região, por vezes como única alternativa para tirar sustento.

### **Novas Visões nas Políticas Públicas**

A relevância dos conflitos entre práticas tradicionais e conservação ambiental, como destacam Macedo e Ming (2019), são urgentes e atuais. Muitas UCs ainda visam somente a preservação dos recursos naturais ignorando as populações locais. Essa abordagem, presente não apenas no Brasil, mas em diversas partes do mundo, tem provocado sérios impactos na alimentação desses povos, sobretudo pela proibição do cultivo e extração vegetal em florestas.

A importância de políticas que conciliam a existência dessas populações parte não apenas do pressuposto histórico a partir de relatos comprovando a ocupação caíçara há mais de 100 anos no Sertão do Ubatumirim, mas a ideia de novas, e por vezes paradoxalmente



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ancestrais, formas de pensar a própria sociedade. Como o Estado se atualiza e compõe, ouvindo essas comunidades, um novo arsenal de ferramentas que melhor lide com as questões socioambientais. Atingir tais metas é uma jornada de luta e conquista de diversos povos, e dentre as ferramentas que vêm encontrando espaço nas institucionalizações, a agroecologia vem conquistando terras, incorporando os saberes tradicionais e novas práticas aliadas a partir da escuta e da pesquisa.

Wojciechowski et al. (2020) e o Relatório de Situação da Agroecologia no Litoral Norte do Estado de São Paulo, realizado pelo CBH-LN (2022) cita a antiga Casa da Agricultura (CATI), atual Coordenadoria de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS) e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro (CMDRP), de 1999, que inclui em 2001 a Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (APTA). Nesse período ocorre “o marco zero” na trajetória de transição agroecológica do município, envolvendo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Universidade de Taubaté (UNITAU) e Universidade de São Paulo (USP) e representantes dos povos tradicionais indígenas e quilombolas.

Em 2001, há o apoio técnico da Embrapa e da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro (PESAGRO), e um intercâmbio de saberes (metodologia agricultor-agricultor), via CDRS.

Entre 2001 e 2004, além do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passar a financiar a agricultura familiar, o FINEP direciona recursos para minimizar os conflitos entre a gestão do PESH com o Sertão do Ubatumirim, com a criação de espaços físicos, aquisição de equipamentos, capacitações técnicas e registro de saberes tradicionais.

A criação da Zona Histórica Cultural Antropológica, dentro do PESH, em 2003, deu base legal para a permanência das comunidades em seus territórios sobrepostos pelo parque (apud Marchiori, 2020).

Em 2006 é aprovado o Plano Diretor Participativo de Ubatuba com diretrizes para a agricultura agroecológica no município e estabelecer uma Zona Especial de Desenvolvimento Agrícola.

No ano de 2009, via APTA e financiado pelo CNPq, ocorreu o projeto com 25 famílias de agricultores familiares, referência em transição agroecológica, incluindo caiçaras de Ubatumirim. (apud Marchiori et al., 2014).

Inicia em 2013 o piloto da REDE, iniciativa da APTA em parceria com a prefeitura e



sociedade civil, que desencadeia na formação da OCS Agroecológica de Ubatuba.

Em 2025, inicia o cadastro de agricultores da região no Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) Juçara, pela Fundação Florestal (PESM), que paga aos produtores pelo plantio e conservação das palmeiras por um período de cinco anos.

A luta dos povos tradicionais para permanecer em seus territórios, integrados aos ecossistemas e pela sobrevivência de sua cultura e práticas ancestrais, aliada às tecnologias sociais, foi essencial para que os órgãos do Estado atualizassem suas leis ambientais, conforme o Quadro 1, em que estão sistematizadas e descritas as ações citadas.

**Quadro 1 – Iniciativas do Setor Público ligadas à Agroecologia no Sertão do Ubatumirim**

ANO	AÇÃO	ATORES	DESCRIÇÃO
2001 ~2004	Financiamento e recursos	MDA, FINEP (MCTI), PESM	Financiamento para agricultura familiar e recursos para solucionar conflitos entre PESM e Sertão do Ubatumirim
2001	Intercâmbio de saberes.	CDRS	Intercâmbio de saberes entre os produtores de Ubatuba com agricultores orgânicos de Mogi das Cruzes (SP), Paraná, grande São Paulo e Vale do Ribeira
2003	Microbacias I	CDRS, Prefeitura Municipal de Ubatuba, PESM	Criação da Zona Histórico Cultural Antropológica para a permanência das comunidades em seus territórios sobrepostos pelo parque. Resultando num plano piloto de manejo da Juçara ( <i>Euterpe edulis</i> ) (apud Devide, 2004)
2006	Plano Diretor Participativo de Ubatuba	Prefeitura Municipal de Ubatuba	Implementar o zoneamento agrícola e criação de uma Zona Especial de Desenvolvimento Agrícola
2008	Semana da Agricultura Orgânica	Prefeitura Municipal de Ubatuba	Criação da Semana da Agricultura Orgânica, via Lei Municipal nº 3123.
2009	Projeto de Pesquisa	APTA, CNPq	Projeto com 25 famílias de agricultores familiares referência em transição agroecológica.
2013	Rede Agroecológica Caiçara	APTA, REDE	desencadeia na formação da OCS Agroecológica de Ubatuba.
2025	PSA Juçara	PESM	Cadastro de agricultores da região no programa da Fundação Florestal.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CBH-LT (2022) e Wojciechowski et al. (2020).

### Trabalho, Pesquisa e Transição Agroecológica

Essas ações, embora formalizadas pelo setor público, partem de lutas e participação em conselhos de diversas organizações da sociedade civil, não somente local, mas a nível estadual



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

e nacional. Algumas ações no território de Ubatumirim tiveram como responsáveis OTSS, REDE, Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais (IPESA), Instituto Supereco e Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (IPEMA).

Das ações do IPEMA temos inicialmente o levantamento socioeconômico de Ubatumirim, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SMAPA) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), financiado pela Prefeitura Municipal de Ubatuba; e o Diagnóstico socioambiental do Sertão de Ubatumirim em ação conjunta com a Associação Socioambientalista “Somos Ubatuba” e a SMAPA, respectivamente, 2001 e 2002.

O projeto Educação Agroflorestal para o Manejo Sustentável nas Comunidades Tradicionais da Mata Atlântica, entre 2006 e 2010, com financiamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelo PDA Mata Atlântica e parceria com a SMAPA, o PESM e a APTA.

Entre 2009 e 2010 o projeto O Uso Sustentável da Palmeira Juçara como Estratégia para Conservação da Mata Atlântica – Rede Juçara”, financiado pelo MMA (PDA Mata Atlântica), com objetivo de preservar a palmeira ameaçada por meio da consolidação da cadeia produtiva da polpa da fruta ao invés da exploração do palmito. E no mesmo período o Plano de Uso das Sementes de Juçara, financiado pela Associação Mico Leão Dourado/Conservation International (AMLD), reaproveitando as sementes separadas da polpa com objetivo de repovoar a espécie, em parceria com Instituto Florestal (PESM), SMAPA, Secretária de Meio Ambiente (SMA), CBH-LN e UNITAU.

Com financiamento do programa Petrobrás Socioambiental, entre 2010/2012 e 2013/2015 o Projeto Juçara teve como beneficiários agricultores e populações tradicionais da comunidade de Ubatumirim. Difundindo o manejo sustentável da espécie para geração de renda através de sua conservação, com as mesmas parcerias da Rede Juçara.

Por último, em 2013 a partir de iniciativa também do IPEMA, o Fundo Brasileiro para a Diversidade (FUNBIO) financia o projeto Manejo Florestal Comunitário, fortalecendo os arranjos produtivos da sociobiodiversidade da Mata Atlântica promovendo manejo sustentável da Juçara e outras espécies nativas.

A REDE, criada em 2013 por produtores agroecológicos e atores institucionais (Wojciechowski et al., 2020) baseia-se na autogestão com regimento interno e trabalho voluntário e é hoje o principal espaço de comercialização direta de Ubatuba, consolidando cadeias curtas de produção, promovendo preços justos, reduzindo intermediários e fortalecendo



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

a produção local. A rede realiza essa operação por meio do sistema “Cirandas”, onde os produtores cadastravam toda semana os produtos disponíveis, a lista era enviada por e-mail aos consumidores, que informavam o que iam comprar e depois se encontravam pessoalmente. Atualmente o sistema não existe mais, porém o comércio ainda acontece de forma direta pelo grupo de WhatsApp “Feirinha da Rede”, que até 2020 contava com 140 participantes, e presencialmente nas Feira Agroecológica Caiçara de Ubatuba todas as quarta-feiras no Sítio do Ilhado, centro da cidade.

Entre 2015 e 2020, ocorreu a pesquisa-ação do OTSS que resultou no Projeto Povos, medida de mitigação das atividades ligadas à exploração de petróleo e gás pela Petrobrás no Polo Pré-Sal, exigida pelo IBAMA. O projeto diagnosticou a situação atual e demandas de 64 comunidades tradicionais entre Angra dos Reis-RJ, Paraty-RJ e Ubatuba, nas áreas de saúde, educação, saneamento, questão fundiária, cultura, festas populares, trabalho e renda, segurança alimentar e modos de governança, além de outras definida pelas próprias populações, e avaliou os impactos da exploração de petróleo na Bacia de Santos sobre os territórios. O levantamento, disponível na página do OTSS, conta com publicações de cada microrregião e cartografias sociais desenvolvidas com as comunidades.

O IPESA realizou em parceria com o empreendimento hoteleiro Banana Bamboo Ecolodge uma visita guiada pelo Sertão de Ubatumirim apresentando os modelos de agroecologia, tecnologias sociais e bioconstrução locais.

E houve ainda, em 2018, o 1º Encontro de Agroecologia do Litoral Norte de São Paulo, realizado pelo Supereco com patrocínio da Petrobrás e parceria do CBH-LN e GTAgroSafs, reunindo representantes da sociedade civil, governo, agricultores, educadores e estudantes, contou com palestras, exposições, minicursos, feira agroecológica e grupos de trabalho para a elaboração de diretrizes, cenários e estratégias de planejamento.

Tais ações além de produzir dados, com levantamentos e diagnósticos, permitiram mapear o panorama geral dessa e de outras comunidades, não apenas aos olhos do Estado e das instituições, mas das próprias populações. No Quadro 2 seguem melhor detalhadas e sistematizadas as ações citadas.

#### **Quadro 2 – Iniciativas da Sociedade Civil Organizada ligadas à Agroecologia no Sertão do Ubatumirim**

ANO	AÇÃO	ATORES	DESCRIÇÃO
-----	------	--------	-----------



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

2001 ~2002	Levantamento socioeconômico	IPEMA, Somos Ubatuba, SMAPA, STR	Diagnóstico socioeconômico de Ubatumirim
2006 ~2010	Educação Agroflorestal	IPEMA, SMAPA, PESM, APTA, MMA	Manejo sustentável nas comunidades tradicionais da mata atlântica
2009 ~2010	Rede Juçara	IPEMA, CBH-LN, UNITAU, AMLD, MMA, PESM, SMAPA, SMA	Consolidação da cadeia produtiva da polpa da fruta ao invés da exploração do palmito, e plano de uso das sementes de Juçara
2010 ~2015	Projeto Juçara	IPEMA, Petrobrás	Manejo sustentável da Juçara e geração de renda através de sua conservação
2013	Manejo Florestal	IPEMA, FUNBIO	Fortalece os arranjos produtivos promovendo manejo sustentável da Juçara e outras espécies nativas
2013 ~Hoje	REDE	Produtores e Consumidores de Ubatuba	Comercialização direta de produtores agroecológicos e em transição para a agroecologia.
2015 ~2020	Projeto Povos	FCT + Fiocruz (OTSS), Petrobrás, IBAMA	Diagnóstico, mapeamento e cartografias sociais das comunidades tradicionais.
2018	1º Encontro de Agroecologia do Litoral Norte de São Paulo	Supereco, CBH-LN, Petrobrás	Elaboração de diretrizes, cenários e estratégias de planejamento

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CBH-LT (2022) e Wojciechowski et al. (2020).

### **Resistência das Comunidades e Estratégias Locais**

Desde 1985, a Associação dos Bananicultores e Produtores Rurais da Comunidade Tradicional Caiçara do Sertão do Ubatumirim (ABU) é uma ferramenta de defesa dos tradicionais bananais e roças itinerantes frente a chegada do PESM e do PNSB. A participação de seus integrantes em fóruns, conselhos, eventos e comissões foi essencial para reformulação das políticas e instrumentos legais adequados as práticas tradicionais de cultura e manejo dentro do território, comprovando a possibilidade de produção de qualidade sem aditivos químicos e consorciada com o ecossistema de maneira integrada (OTSS, 2021). Formada por seis famílias a associação é hoje uma referência local na produção de alimentos agroecológicos e conta com os cultivos de banana, cambuci, goiaba, mandioca, carambola, com destaque para a polpa de Juçara por meio do manejo sustentável e do mix de Juçara com inhame e banana. Na sede de beneficiamento há estrutura para estoque de trinta toneladas de polpas de frutas, garantindo o abastecimento, beneficiamento e comercialização o ano todo (CBH-LT, 2022).

Em 2009 (Wojciechowski et al., 2020) com apoio da SMAPA cinco integrantes da ABU formam a OCS Ubatumirim, primeira da região e até 2021 única organização coletiva e



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

agroecológica de Ubatuba a abastecer o PNAE (ANA, 2023).

Entre 2012 e 2015 a organização não se insere no PNAE, somente alguns produtores com apoio do Projeto Juçara. Wojciechowski et al. (2020) apontam, conforme informações de extensionista do IPEMA, que a desarticulação com o PNAE ocorreu pela gestão frágil da unidade de beneficiamento da polpa de Juçara, pela priorização do IPEMA as questões técnicas em detrimento de processos formativos da gestão social e pela falta de transparência na entrega e gerenciamento dos produtos e ainda pela tentativa de captura do mercado agressiva de outros produtores locais.

A publicação do OTSS (2021) aponta que as atividades da ABU retornam em 2013 citando também o Projeto Juçara que constitui o grupo de Juçareiros, ainda hoje compondo grande parte de associados e diretores. Também pontua que através da produção da polpa o projeto estimulou a organização comunitária e o manejo sustentável.

Embora melhor compreendido o papel das comunidades na conservação da Mata Atlântica por parte do poder público e das medidas legais tomadas, denúncias sobre multas sofridas pela população por realizar suas roças seguem acontecendo e sendo apontadas em reuniões públicas e na plataforma Agroecologia em Rede (ANA, 2021), em que as entidades mapeiam as próprias experiências. Além disso há apontamentos dessa e outras comunidades como sobre a polpa da Juçara não ser devidamente servida na merenda escolar, mesmo estando no estoque. A ABU também relata não haver atividades envolvendo a agricultura familiar nas escolas e o fato de perceberem que compras de fora do município e do “sacolão” vem sendo realizadas pelo município por meio do PNAE.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Verde teve e ainda tem impacto sobre a agricultura familiar e populações tradicionais, em especial as mais próximas aos insumos químicos. Nem todos seguem pela via da agroecologia, por isso o uso do termo “Transição Agroecológica”, trata-se de um caminho de valorização de práticas ancestrais associado a inovações e intercâmbios entre outros tantos saberes tradicionais. A experiência de resistência das roças tradicionais no Sertão do Ubatumirim, somada a outras práticas agroecológicas e de manejo, não são apenas uma forma de produção econômica, mas uma prática política de reconhecimento cultural e das formas de vida que ali se integram, reconhecendo o legítimo pertencimento e a permanência no território

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

a partir de governanças mais sólidas construídas coletivamente.

Para isso a atuação do Estado, historicamente causador de conflitos, pode e deve se voltar para a escuta ativa e local, potencializando as estratégias e modos de vida das comunidades na coprodução de políticas públicas com os atores territorializados. Da mesma forma que em sintonia com as instituições de pesquisa e a sistematização dos saberes tradicionais, ampliando e promovendo espaço e ferramentas de atuação desses sujeitos em constante diálogo.

É fundamental para a sustentabilidade socioambiental que a autonomia desses povos, parta da soberania em diferentes escalas, hídrica, alimentar, pedagógica, econômica, energética e outras (Ferreira; Felício, 2021). Expulsar, silenciar e desterritorializar comunidades com o discurso de preservação só gera o oposto: mercantilização e exploração. Os territórios se mantêm vivos a partir do protagonismo daqueles que nele estão inseridos e integrados e por isso a importância também do desenvolvimento de mecanismos que auxiliem gestões mais transparentes e em rede com outros territórios, para além da escala local.

Por isso a afirmação através das práticas de manejo sustentável e agroecologia se fazem importantes. A união entre produção e conservação, propõe a partir da experiência prática novas relações entre sociedade e natureza, se é que podem ser separados: produzir para preservar e preservar para produzir, a partir de outras visões, inovadoras e ancestrais.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, C. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem**: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, v. 43, p. 145-182, 2000a.

\_\_\_\_\_. **As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras**: uma revisão. *Interciencia*, v. 25, n. 3, p. 143-150, 2000b.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Comida de verdade nas escolas do campo e da cidade**: aprendizados de pesquisa-ação em nove territórios brasileiros. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2023.

\_\_\_\_\_. Associação de Bananicultores de Ubatimir (ABU), 2021. In: **Agroecologia em Rede**. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia/associacao-de-bananicultores-de-ubatumirim-abu/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE (CBH-LN). **Relatório de Situação da Agroecologia no Litoral Norte do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2022.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

FERREIRA, J.; FELÍCIO, E.. **Por terra e território**: caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca, BA: Teia dos Povos, 2021.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211 p.

MACEDO, G. S. S. R.; MING, L. C. Plantas alimentícias e paisagens: uso e conservação no Sertão do Ubatumirim, Ubatuba, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 52, p. 194–216, dez. 2019.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). **Projeto Povos**: Território, identidade e tradição. Territórios do Norte de Ubatuba. Rio de Janeiro: OTSS, 2021.

SIQUEIRA, P. Os caiçaras e a Rio-Santos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 3, n. 4, p. 62-64, 1989.

VAITSMAN, J. et al. Práticas tradicionais e desenvolvimento sustentável: indicadores locais de sustentabilidade entre caiçaras e quilombolas da Bocaina. **Ambiente & Sociedade**, v. 26, 2023.

WOJCIECHOWSKI, M. J. et al.. Uma leitura territorial e escalar dos processos inovadores da transição agroecológica em dois municípios do Vale do Paraíba e do Litoral Norte de São Paulo, Brasil. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 59-83, 2020.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

